

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| NOTA PRÉVIA À 20 ^a EDIÇÃO | 5 |
| NOTA PRÉVIA À 17 ^a EDIÇÃO | 7 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO I. DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO À JUSTIÇA ADMINISTRATIVA: OS PRINCIPAIS MODELOS HISTÓRICOS DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA | 13 |
| 1. A alternativa entre os modelos: objectivismo e subjectivismo | 14 |
| 2. Os modelos organizativos | 17 |
| 3. Os modelos processuais (ou operativos) mais marcantes de justiça administrativa | 20 |
| CAPÍTULO II. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL | 25 |
| 1. A pré-história do contencioso administrativo | 25 |
| 2. A evolução do modelo organizativo do contencioso administrativo português | 27 |
| 3. A evolução do modelo processual de justiça administrativa | 31 |
| 4. O actual sistema de justiça administrativa | 41 |
| CAPÍTULO III. O DOMÍNIO SUBSTANCIAL DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA | 51 |
| 1. O critério substancial de delimitação | 51 |
| 2. Relações jurídicas administrativas | 60 |
| 3. Posições jurídicas subjectivas dos particulares e da administração | 64 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO IV. A DIMENSÃO FUNCIONAL DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA | 75 |
| 1. As delimitações <i>materiais</i> negativas decorrentes da perspectiva <i>funcional</i> da justiça administrativa | 76 |
| 2. Os limites <i>funcionais</i> da justiça administrativa | 86 |
| | |
| CAPÍTULO V. O ÂMBITO ORGÂNICO DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA: A JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA | 95 |
| 1. O alcance da reserva constitucional da jurisdição administrativa | 97 |
| 2. A delimitação legal do âmbito da jurisdição administrativa | 105 |
| | |
| CAPÍTULO VI. A ORGANIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA | 129 |
| 1. A padronização do regime da organização dos tribunais administrativos | 130 |
| 2. Os tribunais administrativos (permanentes e arbitrais) | 131 |
| 3. A repartição de competências entre os tribunais administrativos | 134 |
| 4. A resolução de conflitos de jurisdição e de competência | 146 |
| 5. Estatuto dos juízes e do Ministério Público | 148 |
| | |
| CAPÍTULO VII. A GARANTIA DA TUTELA JURISDICCIONAL EFECTIVA | 157 |
| 1. O direito de acesso aos tribunais administrativos e o princípio da tutela jurisdiccional efectiva | 157 |
| 2. As formas de processo principal | 162 |
| 3. A cumulação de pedidos | 172 |
| 4. O valor das causas administrativas | 175 |
| | |
| CAPÍTULO VIII. A ACÇÃO ADMINISTRATIVA | 177 |
| 1. Impugnação de actos administrativos | 178 |
| 2. Condenação à prática de acto devido | 197 |
| 3. Acções relativas a normas | 209 |
| 4. As acções relativas à interpretação, validade e execução de contratos | 229 |
| 5. Outros pedidos | 233 |
| 6. As acções contra particulares | 241 |
| 7. As acções inter-administrativas | 242 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO IX. PROCESSOS URGENTES | 245 |
| 1. Acção administrativa urgente | 248 |
| 2. Intimações | 263 |
| | |
| CAPÍTULO X. ELEMENTOS ESSENCIAIS DA CAUSA | |
| E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS | 277 |
| I. ELEMENTOS ESSENCIAIS DA CAUSA | 277 |
| 1. Os sujeitos ou partes processuais | 278 |
| 2. O pedido | 282 |
| 3. A causa de pedir | 284 |
| 4. O objecto mediato (nas acções administrativas impugnatórias) | 284 |
| II. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS | 285 |
| 1. Noção | 285 |
| 2. Tipos | 287 |
| 3. O regime da falta de pressupostos processuais | 288 |
| 4. Pressupostos relativos ao tribunal | 289 |
| 5. Pressupostos relativos aos sujeitos | 291 |
| 6. Pressupostos relativos ao processo | 298 |
| | |
| CAPÍTULO XI. A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS | |
| ADMINISTRATIVOS | 311 |
| 1. Fase dos articulados — iniciativa e primeiro contraditório | 312 |
| 2. Fase de saneamento, instrução e alegações (artigos 87.º a 91.º-A) | 317 |
| 3. Fase de julgamento: a sentença e a publicidade (92.º a 95.º) | 322 |
| 4. O caso especial dos processos de andamento prioritário | 324 |
| 5. Considerações finais | 326 |
| | |
| CAPÍTULO XII. OS PROCESSOS CAUTELARES | 329 |
| 1. Introdução: a situação anterior a 2002 | 329 |
| 2. Características da tutela cautelar | 331 |
| 3. A plenitude da protecção: a universalidade das providências admitidas | 332 |
| 4. A decisão sobre a concessão da providência cautelar | 334 |
| 5. O conteúdo da decisão cautelar: a necessidade e adequabilidade da providência decretada | 343 |
| 6. A provisoriedade e a temporalidade da decisão e do conteúdo | 345 |
| 7. A urgência e a sumaridade da cognição | 347 |

| | |
|---|-----|
| 8. A instrumentalidade estrutural do processo e a reversibilidade da providência | 349 |
| 9. A efectividade do processo e da decisão | 350 |
| 10. A decisão antecipada do processo principal no processo cautelar | 353 |
| 11. O decretamento provisório da providência cautelar | 355 |
| 12. Casos especiais | 359 |
| 13. O regime excepcional das sanções de disciplina militar | 362 |
| | |
| CAPÍTULO XIII. OS EFEITOS E A FORÇA JURÍDICA | |
| DAS SENTENÇAS | 365 |
| 1. As sentenças no processo administrativo | 365 |
| 2. Os efeitos das sentenças de anulação de actos administrativos | 368 |
| 3. Os limites subjectivos do caso julgado nas acções administrativas | 379 |
| 4. A extensão dos efeitos das sentenças | 383 |
| | |
| CAPÍTULO XIV. PROCESSOS EXECUTIVOS | 387 |
| 1. O antigo regime de execução de sentenças e a instauração de um processo administrativo executivo | 387 |
| 2. As especificidades do processo administrativo executivo | 390 |
| 3. A obrigatoriedade das sentenças: a execução espontânea e as causas legítimas de inexecução | 394 |
| 4. Algumas regras gerais do processo executivo | 398 |
| 5. As providências de execução para prestação de factos ou de coisas | 403 |
| 6. A execução para pagamento de quantia certa | 405 |
| 7. A execução de sentenças de anulação de actos administrativos | 406 |
| 8. Algumas hipóteses de execução não expressamente previstas | 408 |
| 9. Inexecução ilícita das decisões judiciais | 410 |
| 10. A execução induzida: as “sanções pecuniárias compulsórias” | 412 |
| 11. Casos especiais de execução | 418 |
| | |
| CAPÍTULO XV. OS RECURSOS JURISDICIONAIS | 421 |
| 1. Os recursos jurisdicionais no processo administrativo | 421 |
| 2. Os tipos de recursos | 426 |
| 3. As especialidades do regime dos recursos nos processos administrativos | 435 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO XVI. OS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO | |
| ADMINISTRATIVO | 449 |
| 1. O sistema de princípios processuais | 449 |
| 2. Os princípios <i>relativos à promoção ou iniciativa processual</i> | 452 |
| 3. Os princípios <i>relativos ao âmbito do processo</i> (ou à determinação do <i>thema decidendum et respondendum</i>) | 456 |
| 4. Os princípios <i>relativos à prossecução processual</i> (<i>decursu, condução e extinção do processo</i>) | 464 |
| 5. Os princípios <i>relativos à prova</i> (ou à instrução) | 474 |
| 6. Os princípios <i>relativos à forma processual</i> | 482 |